

ENTRE A ALEGRIA E A TRISTEZA: EXPERIÊNCIAS DE CONVÍVIO INTERCULTURAL (BRASIL, SÉCULO XVI)

CLAUDIO DE SA MACHADO JÚNIOR¹,
ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal focar as experiências de convívio intercultural entre indígenas e europeus no Brasil do século XVI, na perspectiva de uma história da sensibilidade. Para tanto, valemo-nos de uma análise da documentação quinhentista, privilegiando os registros que mencionam situações em que o lúdico, a alegria e o humor, ao serem compartilhados, predisõem os agentes envolvidos ao contato intercultural.

Palavras-chave: História do Brasil, colonização, sensibilidade, humor.

ABSTRACT

This article has his main objective in focusing some of the theoretical characteristics of the representations of happiness and humor, implicit in the first cultural encounters between Indians and Europeans in Brazil at 16th century, on a perspective of sensibility history. Therefore, based in the read and analysis of the

¹ Acadêmico do Curso de História/UNISINOS. Bolsista BIC/FAPERGS

² Professora – Orientadora do Curso de História/UNISINOS (efleck@bage.unisinos.br)

colonial documentation, a reflection about nature of actual laugh and intercultural contacts has been conducted.

Key words: *Brazil's History, colonization, sensibility, humor*

Quando o português Nicolau Coelho acenou para que os índios tupis – que se aproximavam da nau lusitana – abaixassem seus arcos, eles obedeceram. O que aconteceu depois, foi uma sucessão de momentos de observação e estranheza, tanto por parte dos portugueses, quanto por parte dos indígenas.

Os registros que referem os primeiros contatos, revelam que os mesmos se deram entre homens comuns, marinheiros e grumetes, e os indígenas. Ambos fitaram-se curiosos, verificando e avaliando diferenças ou possíveis semelhanças. Por vezes, riram uns dos outros e, por vezes, riram juntos, uns com os outros. Em alguns momentos, sentiram-se à vontade uns com os outros, pois alguns chegaram a “dançar e folgar” com os indígenas, como o fez o almoxarife Diogo Dias, homem “gracioso e de prazer”.

Apesar deste início promissor, a história da colonização do Brasil seria marcada pela agressão e pela intransigência. A tensão e a violência constituíram uma constante durante os longos anos de implantação dos modelos de colonização, não sendo possível “negar que as sociedades nativas de fato sofreram reveses monumentais diante do impacto do encontro”. John Monteiro, contudo, nos adverte que “reduzir essa experiência à simples caracterização das sociedades indígenas como vítimas das iniquidades dos brancos é cometer mais uma injustiça” já que “essa perspectiva oculta os múltiplos processos históricos de questionamento, negação e reelaboração de identidades indígenas” (MONTEIRO, 1999, p. 238).

Tendo em vista as rígidas e recorrentes interpretações que opõem radicalmente conquistadores/colonizadores e indígenas, observáveis na historiografia brasileira, propusemos um deslocamento de perspectiva sob a qual vem sendo abordado o tema dos contatos coloniais, buscando uma nova interpretação a partir de uma abordagem histórico-antropológica.

Na verdade, as reflexões propostas por esta investigação se aproximam dessa perspectiva ao considerar a possibilidade de as narrativas coloniais que descrevem situações de contato ou interação cotidiana entre portugueses e indígenas, mais do que revelarem o clássico embate entre civilização e barbárie, apontarem para processos combinados de resistência, adaptação, transformação e criação que conferiram peculiaridades e originalidade ao processo por eles vivenciado.

Visam, ainda, contribuir para a reflexão em torno da riqueza dos processos envolvidos nas situações de contato entre culturas diferentes, uma vez que as noções usuais de resistência ou aculturação não comportam a extrema complexidade dos processos e resultados implicados.

Essas experiências, vivências e estratégias indígenas vêm sendo estudadas por um crescente número de estudiosos que, identificados com este movimento denominado de “nova história indígena”, têm se dedicado à desconstrução de imagens e pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro.

O estudo da documentação colonial qui-nhentista pode, em razão disso, adquirir um novo sentido, se levarmos em conta que o lúdico e a descontração representaram um fator importante para a ocorrência de experiências de convívio intercultural entre índios e europeus. A análise dessas situações descritas pelos cronistas, administradores e religiosos representa a possibilidade de incorporar uma nova visão sobre o período da conquista da América e da implementação das etapas de colonização.

Interessou-nos, em especial, detectar “a presença espacial e temporal conjunta dos sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias agora se cruzam” (PRATT, 1999, p. 32), incorporando, assim, o conceito de “zona de contato”, fundamental para a análise do significado destas experiências para o processo de mestiçagem cultural.

Do ponto de vista do pesquisador, as análises de situações de convívio intercultural mediados pelo “rir com” e pelo “rir de” podem oferecer explicações sobre as normas culturais existentes, sobre as práticas de infração dessas normas e sobre o tratamento dispensado às pessoas estranhas ao grupo. Pode, sobretudo, apontar para o valor atribuído por muitas culturas indígenas à autonomia individual e à aversão a qualquer forma de submissão.

A partir do levantamento das situações desencadeadoras do riso, buscamos responder que tipo de situação ou comportamento fez com que os indígenas fossem objeto de riso dos portugueses e, da mesma forma, os portugueses dos indígenas. E, ainda, em que situações específicas o riso serviu como humilhação ou modelador de condutas? E em que momento o riso foi um meio de aproximação entre as duas culturas?

Esta proposição, no entanto, nos remete inevitavelmente aos condicionantes sócio-culturais da manifestação do riso. O antropólogo Pierre Clastres nos aponta alguns significados da derrisão indígena, que revela a aptidão dos índios de relacionarem-se com o desconhecido e de controlarem o medo. Assim, não “devemos subestimar o alcance real do riso” e sua respectiva invocação para “verdadeiros momentos de distensão” (CLASTRES, 1990, p. 91).

A análise de alguns dos mitos indígenas feita por Clastres mostra que estes são uma ridicularização em relação aos mais fortes, conduzindo, assim, os índios a grandes manifestações de alegria. O riso é interpretado como um “assassinato simbólico” dos poderosos, pois “para os índios tudo gira em torno do questionamento e da desmistificação do medo imposto pelos jaguares e pelos xamãs”. Para o antropólogo, escárnio e humor não provocam apenas o riso, mas abrangem funções relevantes da vida social dos grupos.

José Rivair Macedo, em obra de referência sobre o riso na Idade Média, analisa os valores atribuídos ao riso, desde a sacralização clássica até a condenação pelos órgãos eclesiásticos neste período. Segundo Macedo, “o riso era um bom remédio contra a opressão e um veículo de expressão da liberdade” (MACEDO, 2000, p. 30). Apropriando-nos desta percepção e refletindo a partir da experiência vivenciada pelos colonos, muitos deles degredados – enviados compulsoriamente ao Brasil – estes encontrariam no contato humano e amistoso com os nativos uma oportunidade de desvincular-se da dureza de sua realidade cotidiana.

Não desconhecemos, contudo, que para a compreensão do riso e do humor – comportamentos eminentemente simbólicos, transmitidos

por meio da língua, de gestos e da mímica – deve-se buscar o conhecimento dos contextos históricos nos quais se inserem, das modalidades de relação entre as diferentes culturas e de suas motivações subjetivas.

É em decorrência disso que se torna fundamental, na análise dos registros feitos por cronistas religiosos e leigos dessa época, considerar a que período/etapa da colonização se referem e qual a intenção de sua descrição, mesmo porque a seleção ou a omissão de determinados elementos apontam para aquilo que De Certeau denominou de “construção utilitária do relato” (DE CERTEAU, 1994, p. 42).

Em nosso estudo, foi possível verificar que na documentação referente aos primeiros 30 anos do século XVI, os registros sobre os contatos intermediados pela alegria e pelo humor são mais explícitos. Todavia, nos relatos que se referem ao período da implementação do sistema de Capitâneas Hereditárias e da gradual inserção da mão-de-obra indígena na agricultura, as referências ao lúdico e ao humor compartilhados diminuem consideravelmente.

Acreditamos que, apesar de não terem sido registradas, as experiências de convívio intercultural não devem ter desaparecido por completo. Negar a expressão da “alegria de viver”, do humor e do lúdico no cotidiano do Brasil quinhentista constitui-se em negação da dinâmica das “dimensões interativas e improvisadas dos encontros culturais”, e, sobretudo, em desvalorização dos processos de “interação, entendimento e práticas interligadas” entre culturas que se encontram e se chocam, isto é, processos de criação e de re-significação cultural.

Considerando o objetivo deste artigo, toma-

remos como exemplos as descrições constantes em dois documentos significativos, um referente à primeira etapa e, o outro, relativo à segunda etapa: a Carta de Pero Vaz de Caminha e a Crônica de Pero de Magalhães Gândavo.

A Carta de Caminha constitui-se de uma “visão inaugural” do Brasil e de suas gentes. Nela encontramos descrições que reportam situações de contato – entre marinheiros e indígenas – mediadas pela alegria e pelo senso de humor, o que viria determinar a primeira descrição dos indígenas como naturalmente alegres e muito dados ao folguedo. Na narrativa do escrivão, a hostilidade e o distanciamento iniciais são substituídos pela predisposição ao contato cordial e pelo reconhecimento das diferenças e das semelhanças. A estas situações podemos remeter as expressões “rir com” e “rir de”, que, em nosso entendimento, são reveladoras de experiências subjetivas compartilhadas.

Para melhor avaliarmos o potencial desta predisposição, consideramos bastante oportuna a observação feita por Celestino de Almeida (2000) ao referir que para os Tupis, grupo dominante na costa brasileira do século XVI, as relações com o outro constituíam elemento básico em sua tradição cultural, daí a extrema abertura ao contato que tanto surpreendeu os europeus e possibilitou a colonização. Na condição de aliados ou de inimigos, os europeus inseriram-se nas relações intertribais já existentes entre os vários grupos Tupis, dando continuidade às suas tradições.

Não desconhecemos, no entanto, que esta visão idealizada dos primeiros encontros entre portugueses e indígenas – construída pelo escrivão Caminha –, acabou por determinar uma atitude etnocêntrica radical da qual resultaria

a implementação do projeto de civilização e de cristianização na América portuguesa. Nossa proposta, no entanto, extrapola esta percepção que opõe cristãos civilizados e neófitos bárbaros, não se propondo a (re)valorizar esta visão idílica dos primeiros encontros, na medida em que está interessada em avaliar como portugueses e indígenas responderam criativamente às situações de contato efetivo e cotidiano.

Leila Perrone-Moisés observou a aplicação pelos cronistas coloniais do conceito aristotélico de reconhecimento. As primeiras impressões – índios dóceis, bondosos e bonitos – traduzir-se-ão na opinião favorável a respeito dos índios, caracterizando este primeiro momento do encontro em que “o índio ainda não é, então, o inimigo a vencer, o escravo a subjugar, o empecilho a eliminar” e em que os europeus se percebem como generosos e abertos, por convivem cordialmente com os indígenas (PERRONE-MOISÉS, 1996, p. 94).

Já o cronista Gândavo, em sua *História da Província de Santa Cruz*, não é tão generoso quanto ao comportamento dos índios como o referido por Caminha. Verifica que são muito “selvagens e bestiais”, uma vez que se distanciam muito do modo de vida civilizado. Fazem muita “guerra uns com os outros” assim como fazem muito mal aos portugueses que buscam uma vida melhor na América. Sua narrativa enquadra-se em uma nova postura frente aos índios, mais equivalente ao posicionamento de “viragem da igreja católica em face da propagação do protestantismo” (FALCON *apud* RODRIGUES e FALCON, 2000, p. 205). Nela fica evidenciado o binômio clássico que opõe um tipo de índio colaborador a um outro tipo de índio resistente, que tanto contribuiu para que a história dos índios se re-

sumisse à “crônica de sua extinção”. Deve-se levar em conta, também, que os interesses da Coroa Portuguesa no Brasil já estão bem mais definidos a partir da segunda metade do século XVI do que no momento em que ocorreram os primeiros contatos.

Deve ressaltar-se, mais uma vez, que, de forma alguma, estamos negligenciando ou minimizando os resultados que a implementação do projeto de colonização ocasionou. Nossas reflexões estão orientadas para aquelas situações de convívio intercultural que ocorreram, a despeito das normatizações e determinações administrativas e eclesiásticas, e que, em razão disso, tiveram suma importância para a compreensão da “integração da novidade no tradicional” (CUNHA, 1987, p. 101) e da criação de “um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta” (DE CERTEAU, 1994, pp. 93-94).

As manifestações de convívio intercultural – isto é, situações de alegria compartilhada, expressadas através do riso, da dança e dos sons dos instrumentos musicais – foram, em razão disso, analisadas na perspectiva de seu significado para o processo de mestiçagem cultural e de sua particularidade narrativa na descrição da implementação do projeto luso de colonização.

Para proposições investigativas desta natureza, é fundamental considerar que “se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que utilizam”, razão pela qual devemos considerar que elas se entrelaçam “freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT, 1999, pp. 27-30).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O nativo torna-se índio. **Jornal do Brasil**. Disponível em: ><http://jbonline.terra.com.br/destaques/500anos/id2ms2.html>>. Acesso em: 05 set. 2003.

AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **Brasil 1500** – Quarenta documentos. Brasília: UNB, 2001.

ARIÈS, Phillipe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a el rei d. Manuel. Disponível em: <<http://www.terravista.pt/aguaalto/5349/acarta.zip>>. Acesso em: 19 ago. 2002.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. Mito, História, Etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente**

chamamos de Brasil. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro – USP. Disponível em <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/autores/peromgandavo/santacruz/santacruz.html>>. Acesso em 16 jun.2003.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MACEDO, José Rivair. **Riso, cultural e sociedade na Idade Média**. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo: UNESP, 2000.

MONTEIRO, John. Armas e armadilhas. In: A OUTRA margem do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 237-249.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vinte luas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império** – Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PROPP, Vladimir. Comicidade e riso. São Paulo: Editora Ática, 1992.

RAMINELLI, Ronald. **A representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RODRIGUES, Antônio Edmilson M.; FALCON, Francisco José Calazans. **Tempos modernos** – Ensaio de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro : Zahar, 1990.